



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Gabinete da Presidência

ATA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

LOCAL	DATA	HORA		DURAÇÃO/ CUSTO R\$
		INÍCIO	FIM	
Sala de reunião do Pleno	29/04/2019	09:00	11:30	2h30min / 1.980,86

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Função	Setor	Assinatura
1	Adriano da Silva Araújo	Juiz de Direito	COMARCA DE PARELHAS - VARA ÚNICA	
2	Carlos Henrique Rodrigues da Silva	Promotor de Justiça	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte	
3	Cláudia Carvalho Queiroz	Defensora Pública	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte	
4	Fabiano Andre Gonçalves Silva	Chefe de Seção de Desenvolvimento e Manutenção do PJE	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	
5	Ionaldo Carvalho Jr.	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas	Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte	
6	Joao Afonso Moraes Pordeus	Juiz de Direito	2º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	
7	Marivaldo Dantas de Araújo	Juiz de Direito	COMARCA DE ASSU - 3ª VARA	
8	Oscar Hugo de Souza Ramos	Promotor de Justiça	Ministério Público do Rio Grande do Norte	
9	Paulo Magnus Pereira Porto	Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Sistemas	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	
10	Pedro George Brito	Presidente da Comissão de Direito e Tecnologia da OAB-RN	OAB-RN	
11	Sérgio Badialli	Gerente de TI da PGE-RN	Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte	

OBJETIVO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Gestor do PJe

PAUTA

1	1. Migração para versão 2.1.
2	2. Implantação de unidades criminais.
3	3. Suporte às Instituições.
4	4. Migração de processos E-Saj para PJe
5	5. Outros assuntos.

DISCUSSÃO

1	<p>1. Dr. Marivaldo explicou os motivos para a migração para a versão 2.1, destacando o módulo criminal e as melhorias na parte de infraestrutura.</p> <p>Dr. João Pordeus destacou a necessidade de automatizar fluxos, principalmente nos órgãos julgadores que possuem um acervo considerável, dinamizando assim o trabalho da secretaria. O servidor Paulo Porto destacou que após a implantação e estabilização da versão 2.1, melhorias na automação de fluxo serão estudadas.</p> <p>O servidor Paulo Porto sugeriu que durante as duas primeiras semanas da implantação fossem suspensos os prazos, no intuito da equipe técnica ter tranquilidade para resolver os possíveis problemas. O comitê concordou com a sugestão, propondo a suspensão dos prazos processuais do 1º e 2º grau do período de 10 a 19/06/2019. Dr. Marivaldo sugeriu a publicação de portaria conjunta do 1º e 2º grau abordando a suspensão dos prazos e informando a data da implantação.</p> <p>Dr. João Pordeus questionou quais as melhorias a versão 2.1 trará efetivamente. Dr. Marivaldo, juntamente com Paulo destacaram a melhoria na assinatura (PJE OFFICE), mudanças no Layout e melhorias na infraestrutura.</p> <p>Dr. Oscar Hugo questionou como seria a divulgação da nova versão para os órgãos externos. Dr. Marivaldo informou que será por cartilhas e vídeo-aulas.</p> <p>Dr. Marivaldo destacou o novo editor de texto da versão 2.1, porém informou que ao implantar a árvore de movimentações processuais ficará em uma nova tarefa. Diante do possível impacto negativo que trará, ficou decidido manter o editor disponível na versão 1.7 e, após a implantação, a equipe do PJe tentará inserir a árvore de movimentação na mesma tela de assinatura dos atos conclusos.</p>
2	<p>2. Dr. João Pordeus sugeriu iniciar a implantação do PJe Criminal nos juizados criminais devido a simplicidade dos atos processuais ou nos Juizados da Violência doméstica. Já Dr. Marivaldo sugeriu nas varas criminais dos interiores pois os servidores já encontram-se capacitados.</p> <p>Dr. Marivaldo destacou a dificuldade do poder executivo (delegacias) no aspecto tecnológico, bem como a necessidade de criar um grupo de estudo, formados por juizes, servidores, promotores, delegados e representantes da OAB, para implantar o PJe no âmbito criminal.</p> <p>Foi aprovada a criação do grupo de estudo, bem como a sugestão de inserir o PJe criminal nos meses de outubro ou novembro do corrente ano. Será decidido, posteriormente, a melhor estratégia de implantação (Violência doméstica; Juizados Criminais; Varas Mistas).</p>
3	<p>3 - O servidor Paulo Porto destacou a importância das instituições externas informarem nomes dos usuários VIP'S para cadastro na central de atendimento (AGILE). Dr. Oscar Hugo solicitou a inserção como usuário VIP do servidor André Maranhão, no lugar de Hudson.</p> <p>Dra. Claudia Carvalho destacou a preocupação com os processos de UTI na comarca de Parnamirim os quais estão indo para a vara da Fazenda Pública de forma equivocada. Como também processos relacionados a idosos estão indo para a vara da Fazenda Pública ao invés de ir para a Vara da Infância, Juventude e Idoso. Ficou decidido de informar a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) para revisar as classes e assuntos das varas de Parnamirim envolvidas.</p> <p>Dr. Marivaldo destacou a necessidade de compilar as portarias relacionadas ao PJe, bem como criar um manual de procedimentos para usuários internos e externos. Para isso, solicitou a ajuda dos participantes do Comitê.</p> <p>Pedro Brito, representante da OAB, solicitou que seja feita uma pesquisa de satisfação com os usuários internos e externos.</p> <p>O comitê decidiu que nas próximas reuniões a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) deverá participar como ouvinte.</p> <p>O Colaborador Ionaldo, da Procuradoria do Estado, fez alguns questionamentos sobre o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). o servidor Paulo ficou de disponibilizar um ambiente para os órgãos externos testarem o MNI com a versão nova do PJe.</p>

4	<p>4- Dr. Marivaldo, juntamente com o servidor Paulo, explicaram as dificuldades encontradas na migração dos processos do sistema E-SAJ para o sistema PJe, como por exemplo os Embargos que não migraram pois possuem o mesmo número do processo principal. Assim, quando migra o processo principal não migram os embargos.</p> <p>Dra. Claudia questionou se na migração o PJe mantém a Defensoria Pública cadastrada naqueles processos em que ela já atuava. Paulo Porto informou que verificaria e daria retorno.</p> <p>Dr. Marivaldo, juntamente com Dra. Claudia, destacaram a preocupação de qualquer pessoa poder vincular a Defensoria Pública a uma parte no momento do ajuizamento. Ficou decidido retirar a opção dos usuários externos poderem vincular a defensoria Pública a qualquer parte processual.</p> <p>Dr. Oscar solicitou o envio do modelo do termo de cooperação entre as instituições sobre o MNI.</p>
---	--

DECISÕES E PROVIDÊNCIAS

Ref. Disc.	Descrição	Responsável	Prazo Final
1	Publicação de portaria conjunta do 1º e 2º grau suspendendo os prazos no período de 10 a 19/06/2019, bem como informando a data da implantação da versão 2.1	Marivaldo Araújo	Não definido
2	Criação do grupo de estudo para o PJe Criminal.	Marivaldo Araújo	Não definido
3	1 -Solicitar que a SGE verifique as Classes e Assuntos da Vara da Fazenda da Comarca de Parnamirim, bem como da Vara de Infância. Juventude e Idoso; 2 - Informar a SGE que nas próximas reuniões do comitê deverá enviar um representante; 3 - Disponibilizar um ambiente para os órgãos externos testarem o MNI com a versão nova do PJe.e.	Marivaldo Araújo, Paulo Porto	Não definido
4	1 - Retirar a opção dos usuários externos poderem vincular a defensoria Pública a qualquer parte processual; 2 - Envio do termo de cooperação sobre o MNI para o MP; 3 - Verificar se na migração dos processos do sistema E-SAJ para o PJe, o sistema mantém a Defensoria Pública cadastrada naqueles processos em que ela já atuava.	Paulo Porto	Não definido